

## DOIS FATORES DE DESMOBILIZAÇÃO CULTURAL

---

SILVIANO SANTIAGO (PUC/RJ)

---

O Novo Mundo, antes que o julguemos como a grande descoberta da Europa, foi o lugar ideal para que se constituísse um território dominado. A aceitação de uma cultura diferente da sua é o signo mais evidente do período colonial nos países da América Latina. Para falar, pois, de relações culturais no sentido amplo do termo durante aquele período histórico, é preciso dizer que a cultura no Novo Mundo representa um esforço (ativado pela coerção) de imitação da cultura européia, a nível lingüístico, estético e até mesmo religioso e político. Nesse sentido, o bem cultural nos primórdios da América Latina parece-se a uma cópia, uma cópia mais e mais pálida na medida em que as crises nacionalistas dão-lhe diferente colorido. A cópia latino-americana se afirma como original (o paradoxo é inevitável) no momento em que a produção intelectual deixa falar, não mais exclusivamente a cultura européia, única responsável da boa qualidade da cópia, mas os símbolos de uma Renascença ao avesso, a da cultura dos índios e dos negros recalçada pela colonização a partir do século XVI. Generalizando ao máximo, podemos dizer que a história da cultura latino-americana se afirma por um longo e lento processo de des-

recalque.

O paradoxo continua: a cópia mais original é a que melhor consegue atingir a Europa numa espécie de movimento de **boomerang**. Não é por acaso que o mais revolucionário do pensamento europeu com relação à especificidade da América Latina se encarne numa corrente intelectual que fez a descoberta da Antropologia antes que esta tenha tido direito de cidadania no conjunto das ciências humanas. De Montaigne a Michel Butor, de Chateaubriand a Antonin Artaud, de Rousseau a Lévi-Strauss, cria-se a imagem do intelectual europeu viajante (mesmo se, na realidade, ele não tenha viajado até nós, como é o caso de Montaigne e de Rousseau), todos de uma maneira ou de outra lamentando, como o jovem Rimbaud, do "Bateau ivre", "l'Europe aux anciens parapets".

Assinalemos como extraordinário que o intelectual latino-americano, nas suas relações com a Europa, sempre encontrou poucos e bons aliados entre os conquistadores. Pelo fato de que a cultura do colonizador detestava a cópia e o duplo e enfatizava a originalidade, o latino-americano pôde exercer o seu ofício de maneira relativamente autônoma, deixando que se falasse no produto artístico que fabricava (livro, tela, escultura etc.) os valores lingüísticos, estéticos, religiosos e políticos que foram recalçados pela colonização. A Europa, mesmo no seu esforço mais temível de uniformização do Mundo pelo padrão ocidental, de destruição do Outro pela conquista, não rejeita o movimento de alteridade que salta aos olhos da cópia latino-americana, e que a define como contestadora. Pelo contrário, ela o acolhe de bom grado. Em virtude do fato de detestar o silêncio do seu duplo, a Europa aprecia verdadeiramente a inquietação do Outro no Mesmo. Até na sua forma mais detestável para nós, a do exotismo tropical, o Outro é sempre um objeto do desejo europeu.

É portanto pelo desrecalque da voz do Outro na cópia que o Novo Mundo conseguiu produzir um discurso cultural de onde não está excluída a ambigüidade das intenções. Esse discurso comporta tanto a inserção do Novo no Ocidente, como a negação da uniformização do Mundo pelo Ocidente. De maneira esquemática, podemos dizer que o conflito que vive o intelectual latino-americano encontra o seu equivalente numa luta entre a História e a Antropologia. A história nos constitui, mas ao mesmo tempo nos nega

enquanto diferença; a Antropologia não pode apreender o processo da nossa constituição histórica, mas é ela que deixa falar a nossa origem num movimento constante de desrecalque.

Essas considerações iniciais, que servem de introdução à minha apresentação<sup>1</sup>, não são — espero — tão desprovidas de sentido como podem parecer à primeira vista.

Era indispensável apresentar, no quadro das relações culturais entre duas regiões do mundo cujo laço capital foi o colonialismo, uma idéia bastante importante quando se trata de estudar essas mesmas relações culturais numa outra situação histórica, ou seja, a partir do momento em que se muda de parceiro e em que o laço capital é o neo-colonialismo. Tentemos explicar a idéia geral na sua metamorfose de um sistema para o outro.

No seu diálogo cultural com os países da América Latina, a Europa sempre soube respeitar a voz do Outro. A constituição de uma ciência como a Antropologia é uma ferida no narcisismo europeu. A uniformização, mesmo que seja inerente a qualquer projeto de colonização, devia ser evitada pelo menos teoricamente. O colonialismo era curioso do seu Outro, e mais ainda, era mímico a sua maneira.

Não podemos dizer a mesma coisa do neo-colonialismo. Este exclui o seu Outro pela forma mais violenta da agressão cultural: não exercita o diálogo, na medida em que o vencedor é surdo. O neo-colonialismo conseguiu transformar o bem cultural imposto em mercadoria, o desejo de modernidade em moda, o conhecimento em consumo, e com isso ele recoloca no palco das nações o modelo autoritário e exclusivo do seu duplo perfeito. A única expressão dessa cópia, desse duplo é o silêncio cúmplice, visto que a metrópole não mais se interessa pelo que é diferente dela.

Se me permitem uma comparação um pouco audaciosa, diria que no colonialismo as relações econômicas de troca, mesmo desequilibradas, permitiam a aparição de uma brecha cultural por onde se exprimia a revolta contra o espírito de modernização e contra a ideologia do progresso a qualquer preço, para não falar que de duas situações precisas. No neo-colonialismo, não há mais lugar para que o "bruto" da matéria ou o "selvagem" do ho-

mem se exprimam, a troca econômica sendo controlada pelas multinacionais cujo único e exclusivo interesse é o lucro. Da nova-colônia só esperam os direitos de reprodução (**copyright**). Entre o produto original e a sua cópia, a única diferença está no preço de revenda na metrópole. Não há diferença entre o jeans americano e o brasileiro, salvo que este é mais barato nos Estados Unidos. Eis a razão pela qual — grande contradição! — fala-se de leis de proteção nos Estados Unidos. O emprego aqui corresponde ao desemprego lá.

Essa transformação nas relações econômicas entre a metrópole e as colônias é catastrófica em muitos níveis, na medida em que ela ativa todos os mecanismos do complexo de inferioridade do colonizado. No colonialismo, a dívida do colonizado era resgatável; no neo-colonialismo, ela é eterna.

Os Estados Unidos não aceitam os movimentos de transgressão na cópia. Isso exclui a possibilidade, no gesto maior de afirmação da cópia, que ela fale da sua **história**. A Europa deixava falar na cópia o valor que tinha sido destruído. Os Estados Unidos impõem o silêncio total do valor que destroem pouco a pouco. Nesse sentido, o silêncio da Europa na América Latina **hoje** (razão de ser deste Colóquio aqui no México) não é uma simples consequência da transferência do centro de decisão econômica da Europa para a América. Traduz ainda a implacável necessidade do neo-colonialismo de subtrair da cópia a possibilidade de originalidade que seria nela o prolongamento do seu passado europeu. Dizem eles: a presença da Europa na América Latina é coisa do passado e, como tal, não conta mais.

Um exemplo da necessidade de apagar o passado colonial na América Latina se encontra numa decisão recente do Ministério da Educação brasileiro. Em fins dos anos 70, começa-se a não aceitar mais como válido o título de doutor dado pelas universidades européias, em particular pelas francesas, apresentando como argumento decisivo o fato de que tal título deixa a desejar caso comparado ao PhD americano. Leiamos a mensagem governamental: se é preciso se aperfeiçoar no estrangeiro, vale mais a pena ir para os Estados Unidos; as outras formas de aperfeiçoamento são abolidas pois são formas de transgressão ao único modelo que vale. A cópia retorna à condição de duplo perfeito.

(Dito isso, acrescento que não há aqui um julgamento de qualidade do PhD americano. Critico o seu caráter de exclusividade.)

A aventura dessa desmobilização dos esforços culturais europeus na América Latina e, em particular, no Brasil, tem já uma história que ultrapassa em grande parte a vitória dos Estados Unidos no final da Segunda Grande Guerra.

Fernando de Azevedo, em obra publicada nos anos 50, *A cultura brasileira*, chamava a atenção para o interesse crescente no Brasil pela cultura norte-americana, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. Enumera as razões para o interesse: a política pan-americana conduzida pelo Presidente Roosevelt, os filmes de Hollywood, os romances modernos e, finalmente, a criação em 1938 do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos. A cultura norte-americana entra Brasil adentro pelos caminhos abertos pelos europeus: língua estrangeira e saber se dão as mãos num primeiro momento.

Mas há uma diferença considerável entre a influência europeia e a americana na América Latina: o mercado a ser atingido.

A Europa sempre se dirigiu à elite latino-americana. A própria influência era matéria para reflexão e não razão exclusiva para a cópia em si, como tentamos mostrar. A reflexão era possível a partir das "missões culturais", essas tinham como tarefa a formação de profissionais que pouco a pouco julgavam como dispensável a presença estrangeira na formação de uma nova geração de profissionais. O projeto nacionalista, em outros termos, encontrava um lugar no gênero de influência exercido pela Europa. A questão mais importante para os Europeus foi sempre a de saber o momento em que seria preciso deixar o país. E para os habitantes da colônia, o momento em que era preciso começar a rejeitar a ajuda estrangeira. A partir desse duplo desejo complementar, chegava-se a um equilíbrio possível de forças entre as duas regiões em questão. Chegava-se ao diálogo, mesmo se amparado pelas armas.

Os Estados Unidos se dirigiram desde o começo à massa, estabelecendo a ponte por intermédio da indústria cultural. No começo eram os filmes e as histórias em quadrinho. Hoje é a televisão e a indústria do disco. Os Estados Unidos impõem a sua

influência a partir da imposição das mercadorias da sua indústria cultural. Não há mais **lugar** para a reflexão entre o produto feito na metrópole e o que é feito no país. Não há mesmo mais lugar para um leitor crítico ou um leitor-autor. O leitor ou o espectador recebem em casa o modelo original e paga os direitos de reprodução pela difusão, sem a possibilidade de uma reflexão criativa sobre o produto. A produção de cópias autenticamente latino-americanas torna-se mais e mais difícil, mas não impossível, é claro.

Nesse sentido, citemos a primeira reação de peso à entrada indiscriminada da indústria cultural americana no Brasil.

Em 1945, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores se realiza em São Paulo. O fim do Congresso era claro: tratava-se de questionar a ditadura Vargas, o Estado Novo, aproveitando-se da vitória sobre o fascismo no mundo. A maioria dos escritores presentes no Congresso não podia imaginar que os debates mais calorosos seriam suscitados por um assunto inocente na aparência. Vicente Guimarães (o Vovô Felício das crianças) terminava a sua intervenção pedindo a proibição da importação de **flans**. Os Estados Unidos já dominavam o mercado das revistas de histórias em quadrinho no Brasil graças às edições da Editora Brasil-América e da Rio Gráfica Editora. Vicente Guimarães reagia em favor dos bons desenhistas brasileiros e, sobretudo, a favor de um indispensável parque gráfico nacional. Foi o nosso primeiro Paulo Emílio Salles Gomes.

A discussão se prolongou no tempo. Em 1948-49, o jornal O Diário de Notícias faz violenta campanha contra os **comics**. Em 1953, na revista **Fundamentos**, Bráulio Pedrozo publica artigo em que diz que, com os **comics**, estamos importando veneno para as crianças. Seus argumentos vão do culto da violência aos heróis desprovidos do mínimo de inteligência e que agem pela força bruta. A discussão tornava-se mais e mais ideológica e começava a traduzir o sentimento que seria dominante no Brasil dos anos 50 e 60: "Yankee, go home!"

Hoje a discussão aceitaria novos objetos: matrizes, **video-tapes**, **clips**, **best-sellers** etc.

Novos ou velhos objetos — trata-se sempre de uma mercadoria e não de um bem cultural que pode ser retrabalhado, modificado, acrescentado pelos produtores culturais brasileiros. Ou bem importamos e nada valem. Ou bem somos obrigados a criar leis de teor nacionalista. Foi o caso, por exemplo, do cinema nos anos 50. Foi-lhe necessário uma lei de proteção: a lei 8 X 1. Para cada 8 filmes estrangeiros apresentados num cinema, o proprietário era obrigado a exhibir um filme nacional. A proporção desproporcionada fala de maneira inequívoca da pobreza da indústria cinematográfica brasileira na época.

Esse fator de desmobilização cultural da Europa que estamos apresentando é mais perverso do que parece à primeira vista. É temível antes de mais nada e sobretudo porque acaba por ser **responsável por irrupções nacionalistas de caráter muitas vezes irracional**. É ainda temível porque impõe hoje à Europa a mesma ideologia de uniformização que ela tentou impor ontem. A Europa se encontra hoje também reduzida à condição de cópia, à condição de uma presença tão silenciosa quanto a sua companheira latino-americana.

É pois difícil para a Europa lutar contra a uniformização da América Latina pelos Estados Unidos porque ela própria teve de se conformar à imitação americana, ou ao "défi américain", como se apresentou o problema de forma conservadora nos anos 60.

A ausência de uma solução alternativa para a Europa aumenta, pois, o impasse cultural em que vivemos hoje. Imitação por imitação, preferimos sempre o original. Entre Elvis Presley e Johnny Halliday, Elvis Presley sem sombra de dúvida. Entre Janis Joplin e Nina Hagen, Janis Joplin é claro. Há Mick Jagers, mas ele é a exceção que confirma a regra.

A resposta francesa ao desafio americano (a modernização) não melhorou a situação global. Pelo contrário. Criou duas Europas. A que se moderniza e a que fornece a mão-de-obra barata. A mão-de-obra barata européia (e árabe) cria por sua vez conflitos sociais e políticos que se tornam mais e mais insustentáveis. Basta dar uma olhada na França e na Alemanha dos anos 80 para ver em que pé está a questão dos trabalhadores estrangeiros.

No caso preciso que estamos tentando analisar, as relações culturais entre a América Latina (em particular, o Brasil) e a Europa (em particular, a França), a chegada em massa de imigrantes portugueses na França provocou pelo menos dois desequilíbrios. (Deixemos de lado os desequilíbrios sociais e políticos já mencionados. Deixemos de lado o desequilíbrio econômico entre os dois países europeus, que o Mercado Comum tentará suavizar. Esses problemas são muito importantes, mais importantes do que os que vamos analisar para que só lhes dediquemos algumas linhas. Fiquemos no plano menor das relações culturais entre o Brasil e a França.)

A desmobilização imposta pela presença dos Estados Unidos no Brasil e, em seguida, na Europa, acresce a desmobilização cultural do Brasil na França pela presença dos imigrantes portugueses. Repetimos que o fenômeno global da imigração portuguesa é por demais cruel e injusto para que o tratemos aqui. Vejamos simplesmente as suas consequências para as relações culturais Brasil-França.

Há, primeiro, uma questão institucional, e depois uma questão de mercado cultural.

O ensino da língua portuguesa na França, sobretudo na Universidade, era o veículo indispensável para que os franceses tivessem um acesso direto à produção cultural de Portugal, do Brasil e dos países africanos que se exprimem pelo português. Acrescentemos que, no início, o ensino do português era associado ao conhecimento exclusivo de Portugal. Penso na criação do Instituto de Estudos Portugueses, na Sorbonne, depois da Primeira Grande Guerra, sob a direção competente de Georges le Gentil. Em virtude da presença crescente do Brasil na cena mundial, esse interesse se diversificou. Citemos dois exemplos apenas. A conferência de Oswald de Andrade na Sorbonne em 1923, em que faz uma apresentação do movimento modernista. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, a partir da contratação de jovens professores franceses. A independência dos países africanos e a presença forte da Angola e de Moçambique diversificam ainda mais o interesse exclusivo inicial.

Contra esse movimento de expansão e de diversificação, vimos surgir nos anos 70 um movimento oposto, de recuo e de exclu-



sivismo. E isso por causa do citado desequilíbrio interno na França. Repito (sempre) que as causas internas são por demais cruéis para uma análise tão simples e comprometida como esta. Insisto ainda no **faux pas** da modernização à francesa.

Não sou em princípio contra o privilégio dado a Portugal na França. Mas estou aqui para lhes falar das relações culturais entre o Brasil e a França. É pois, preciso, ter o mínimo de objetividade e sublinhar esse privilégio, mostrando a barreira que ele representa, impedindo que o Brasil e os países africanos reganhem um lugar que era o deles também, um lugar tão considerável quanto o de Portugal nos cursos universitários franceses.

Contra esse gênero de argumento, pode-se invocar um outro. É graças à presença dos imigrantes portugueses na França que o ensino do português chegou às escolas secundárias. Certo. Mas se analisamos esse problema a longo prazo, veremos que todo o esforço de hoje está destinado ao fracasso se não se levar em consideração a diversificação a que nos referimos atrás como regra educacional. Já chegou o dia em que a França não aceita mais imigrantes, dia virá em que os franceses de origem portuguesa serão aceitos integralmente pela sociedade francesa. Naquele dia, a imigração portuguesa e o privilégio de Portugal nas universidades e escolas secundárias serão vistos como coisas do passado. Pode-se tirar uma lição de tudo isso: os estudantes serão julgados pelo seu valor e capacidade, e sem dúvida serão melhores profissionais se tiverem uma visão diversificada do mundo que os portugueses ajudaram a construir.

Mesmo reconhecendo a "dívida" da França para com os portugueses, é preciso lutar a favor de uma retomada do movimento de diversificação cultural que era característico da história do ensino da língua portuguesa na França.

A segunda questão é consequência da primeira.

A presença cultural de um país no outro se faz pelo diálogo. Esse diálogo se passa primeiro num nível pragmático e puramente lingüístico. Creio que é ridículo refletir sobre o sucesso da literatura hispano-americana nos Estados Unidos sem levar em consideração o fato de que os autores daquela literatura foram ensinados antes em espanhol nas universidades americanas.

Por razões de argumentação, permitam-me uma comparação do caso português na França com um semelhante, o do espanhol nos Estados Unidos. Sinto-me mais à vontade porque lhes falo na cidade do México.

Os migrantes mexicanos, que se tornaram cidadãos americanos no momento da sua escolarização nos anos 60 e 70, exigiram uma atenção especial das Universidades. Sem dúvida, a propagação de cursos de espanhol nos Estados Unidos está intimamente ligada a essa demanda. A divulgação da língua espanhola tinha por fim óbvio satisfazer os jovens mexicanos ou os de origem mexicana, os Chicanos, mas tinha também como fim sensibilizar os anglo-saxões para a condição e existência daquele grupo no tecido social da nação. No momento de organizar o programa de estudos desses jovens, as autoridades educacionais norte-americanas não o reduziram ao único e exclusivo interesse pela cultura chicana. Pelo contrário. A literatura espanhola e as literaturas hispano-americanas deram, durante esse período, um salto extraordinário de que falam bem a consagração do público e a concessão de dois prêmios Nobel de literatura.

Claro que os primeiros das listas acadêmicas eram os autores mexicanos, em particular os romancistas da revolução mexicana, e em seguida os já clássicos contemporâneos nossos, como Rulfo, Yáñez, Fuentes, Paz etc. Mas o conhecimento literário veiculado pelo crescente interesse pela língua espanhola não se limitou a eles — Borges sempre foi uma grande estrela, como também romancistas do porte de Asturias, Cortázar, Vargas Llosa, García Marquez e tantos outros que, na aparência, tinham pouco a ver com a questão chicana.

#### Nota

<sup>1</sup> Trabalho lido na cidade do México, por ocasião do colóquio "Mundo do Latinoamericano y Mundo de habla francesa: Enseñanzas, Comunicaciones y Representaciones", realizado em abril de 1985.